

O PRAZER DE CONSUMIR*

por

Isabel Cruz**

Resumo: Os objectivos desta comunicação são dois. Divulgar as variáveis determinantes dos comportamentos de consumo e mostrar que as práticas de consumo constituem um dos elementos de análise da estrutura social. Elas enfatizam a distinção entre o «gosto da necessidade» e o «gosto do luxo», reforçando as teses da sociologia do gosto e dos estilos de vida.

Palavras-chave: Consumo; prática social; estrutura social.

Abstract: The objective of this paper is twofold. Disclose the determinants variables of consumer behaviour and show that consumption practices are one element of social structure analysis. Consumption practices emphasize the distinction between the “taste of necessity” and “taste of luxury”, reinforcing the arguments of the sociology of taste and lifestyles.

Key words: Consumption; social practice; social structure.

Introdução

Procurando responder ao desafio de «tornar a “cultura” “apetecível”, realizando melhor a fusão entre prazer e saber», vamos partilhar alguns resultados da análise quantitativa realizada aos Inquéritos aos Orçamentos Familiares (IOF), entre 1967 e 2005-06, desenvolvida no âmbito do projecto de doutoramento, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Estes dados permitem analisar a relação entre a estrutura de consumo e o nível de desenvolvimento socioeconómico do país (Lei de Engel) e, assim, revelam o modo como as condições materiais de existência determinam os gostos e os estilos de vida. Permitem, também, constatar o que mudou em Portugal ao nível das estruturas de consumo, ao longo do período em análise, e contextualizar estas estruturas face às suas congéneres europeias (Eurostat, 1999).

* Este texto foi inicialmente apresentado na 12ª Mesa-Redonda de Primavera do Porto. Conhecimento e Prazer; Prazer do Conhecimento (Abril de 2008, FLUP), e insere-se no projecto de doutoramento desenvolvido com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/34783/2007).

** Socióloga e investigadora do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - FLUP. E-mail: imsilvacruz@gmail.com

O enquadramento teórico que suporta a análise realizada centra-se nos contributos da sociologia clássica em termos de consumo, nomeadamente em Bourdieu, Baudrillard e Veblen. Para este último autor "Pôr em relevo o consumo de artigos caros, é método de honradez para o Homem de Lazer" (Veblen, 1970). Neste sentido, as práticas de consumo são percebidas na sua dimensão supérflua, ostentatória e/ou de abundância. Analisa-se, também, a relação entre consumo e outras esferas da experiência humana e o contributo deste para a compreensão de diversos processos sociais e culturais.

Como referimos, optamos por estudar as práticas de consumo a partir da análise das despesas. Primeiro, esta escolha encontra fundamentação no enquadramento teórico elaborado para a pesquisa. Segundo, as despesas permitem, do mesmo modo que outros indicadores possíveis, investigar questões centrais da sociologia do consumo (desigualdades sociais, relação entre consumo e cultura, entre outras). Terceiro, porque é possível iniciar a pesquisa a partir de uma análise secundária de dados que se encontram disponíveis (INE e Eurostat), economizando recursos. Razões, por si só, suficientes para justificar esta escolha.

O tema será desenvolvido a partir de i) uma breve resenha crítica das fontes; ii) potencialidades dos dados para a análise do consumo enquanto prática social; iii) contextualização das estruturas de consumo das famílias portuguesas face às suas congéneres europeias; iv) desmistificação de alguns consumos.

1. Breve resenha crítica das fontes

Os primeiros dados estatísticos relativos ao consumo recolhidos pelo Instituto Nacional de Estatística – INE, datam de 1967-68. Os objectivos que presidem à recolha destes dados são fornecer informação relevante sobre a utilização de bens e serviços pelas famílias na satisfação das suas necessidades e actualizar os ponderadores do índice dos preços no consumidor e das estimativas de Consumo Privado das Contas Nacionais. Este inquérito tem uma periodicidade quinquenal.

O Inquérito às Receitas e Despesas das Famílias – IRDF, na sua 1ª edição, inclui 5 grandes rubricas de despesa. A sua designação e composição revelam a importância destes consumos na estrutura das famílias e enfatizam a distinção entre o "gosto da necessidade" e o "gosto do luxo". Fornecem, também, indicações relevantes no que se refere à diversidade de bens e serviços existentes na época e ao modo como estes são integrados e trabalhados ao nível da produção de dados estatísticos. Através destes produz-se conhecimento sobre a realidade social. As quatro primeiras rubricas referem-se às despesas com *alimentação e bebidas*, com *vestuário e calçado* e com a *habitação*, separando as despesas com as *rendas* e a *água*, das com *aquecimento, iluminação e artigos domésticos*. Este modo de agrupar as despesas relativas à *habitação* evidencia as determinações decorrentes das condições materiais de existência e dos contextos, no que se refere à oferta e procura de bens e serviços. Não podemos esquecer que na década de 1960 as condições habitacionais e o acesso a redes de fornecimento de água e electricidade eram bastante díspares no território português. A última rubrica de despesa, *gastos diversos*, constitui uma categoria residual que engloba despesas tão diversas quanto as relativas a *cuidados pessoais e saúde; transportes e comunicações; instrução, cultura e divertimentos; Tabaco e despesas do fumador e Outros bens e serviços*. Este modo de agrupar bens e serviços é, também, revelador do nível de desenvolvimento socio-económico do país e da importância que os mesmos assumem na estrutura do orçamento familiar.

Nas edições que se seguiram registam-se alterações quer ao nível das designações, quer ao nível das metodologias de recolha dos dados estatísticos relativos ao consumo. De Inquérito às Receitas e Despesas das Famílias, edições entre 1967-68 e 1980-81, a Inquérito aos Orçamentos Familiares, edições entre 1989-90 a 2000, a última designação atribuída é Inquérito às Despesas das Famílias, edição de 2005-06. Mas, as alterações mais significativas prendem-se com o número de rubricas de despesa que integram estes inquéritos, com despesas incluídas nas mesmas, com as variáveis independentes consideradas e com os valores que estas assumem. Através delas podemos identificar mudanças verificadas na sociedade portuguesa e, em particular, nos estilos de vida dos indivíduos. O lado menos positivo destas alterações é a dificuldade na realização de estudos comparativos, centrados numa análise diacrónica.

Entre 1980-81 e 1994-95 são 9 as grandes rubricas de consumo. Surgem agrupadas as despesas com *alimentação, bebidas e tabaco*, e as despesas com *habitação, aquecimento e iluminação*. Mantém-se a rubrica relativa a *vestuário e calçado*. Individualizam-se as despesas com *móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e manutenção*, com *serviços médicos e de saúde*, com *transportes e comunicações* e relativas a *distracções, espectáculos, instrução e cultura*. São criadas, também, duas novas rubricas com designações genéricas e carácter residual, *Outros bens e serviços* (higiene e cuidados pessoais; outros artigos; despesas em restaurantes, cafés, hotéis; viagens turísticas tudo incluído; serviços financeiros e outros serviços) e *Outras despesas* (taxas diversas e outras despesas).

A partir do ano 2000, o INE adopta a Classificação do Consumo Individual por Objectivo (COICOP), utilizada nos países da União Europeia. Tal facto facilita a comparação entre a estrutura do consumo das famílias portuguesas e das suas congéneres europeias. Permite, ainda, enfatizar a importância da cultura ao nível das práticas de consumo. As grandes rubricas de despesa passam a ser 12. Separam-se as despesas com *produtos alimentares e bebidas não alcoólicas* (C01) das com *bebidas alcoólicas e tabaco* (C02); as despesas com *transportes* (C07) das com *comunicações* (C08); as despesas com *lazer, distracção e cultura* (C09) das com *ensino* (C10) e as despesas com *hotéis, restaurantes, cafés e similares* (C11) das com *Outros bens e serviços* (C12). Mantém-se as rubricas relativas às despesas com *vestuário e calçado* (C03), com *habitação, despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis* (C04); com *móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e despesas de manutenção da habitação* (C05) e com *saúde* (C06).

As variáveis independentes consideradas na análise são, na sua maioria, as mesmas ao longo do período. De realçar apenas que nem sempre foi recolhida informação em função de escalões de receita líquida, nem do número de titulares de receita por agregado doméstico. De referir, ainda, que o INE recolhe informação relativa ao género mas dado que em termos de apuramento de dados são privilegiados os tipos de agregado doméstico, esta variável não é contemplada na análise dos mesmos. As variações mais significativas registam-se, contudo, nos valores definidos para estas variáveis, designadamente no que se refere aos grupos etários, aos níveis de instrução, aos tipos de agregado doméstico e à categoria socio-económica. Nesta última variável as alterações têm sido mais significativas pois, as diferenças em termos da diversidade de valores assumidos, traduzem alterações nos critérios que subjazem à sua definição. A título de exemplo podemos referir a dicotomia sector público e privado, juntamente com outros activos e inactivos, na edição de 1994-95, e a dicotomia activos e inactivos, na edição de 2000. Estas alterações tornam grosseira a tipologia desta variável que traduz simultaneamente o efeito do rendimento, da profissão e do estatuto social e, portanto, retiram-lhe significado em termos da estrutura social.

2. Potencialidades dos dados para a análise do consumo enquanto prática social

A análise multivariável dos dados recolhidos pelo INE permite identificar as variáveis determinantes dos comportamentos de consumo, estabelecer relação entre estas variáveis e consumos-tipo, relacionar as estruturas do consumo com o nível de desenvolvimento socio-económico do país revelando as mudanças ao nível da importância relativa que as despesas assumem na estrutura do orçamento familiar. Estas mudanças enfatizam, simultaneamente, a perda de importância das necessidades básicas, “gosto da necessidade”, ao nível da estrutura de consumo, e a relevância dos bens de luxo, “gosto do luxo”. Tal facto evidencia a existência de condicionantes ao nível das práticas, questionando o carácter individual das escolhas em termos do consumo. Assim, os nossos gostos, as escolhas que fazemos em termos dos bens e serviços, o nosso estilo de vida é condicionado pela idade, pelo rendimento, pelo nível de instrução, pela categoria sócio-económica, pela etapa do ciclo de vida, pelo tamanho da família e, também, pelo grau de urbanização do local de residência. Não podemos esquecer que o consumo depende da oferta de bens e serviços existentes. Para além desta relação directa e mais imediata que é possível estabelecer através dos dados recolhidos entre as variáveis de caracterização socio-demográfica dos indivíduos e as escolhas ao nível das práticas de consumo, a análise realizada reafirma as teses da sociologia do gosto e dos estilos de vida. O *habitus* constitui o princípio gerador de estratégias, de modos de pensar, sentir e agir. As práticas que o *habitus* produz resultam de um processo de aprendizagem (socialização), que é dominado por um conjunto de regularidades estatísticas que se encontram associadas a um meio ambiente socialmente estruturado. Esta correspondência entre práticas e condições objectivas é reforçada pelo efeito de *hysteresis*, que constitui um “reforço secundário negativo” ao impor sanções às práticas que delas se afastem. Contudo, as práticas não são apenas determinadas pela interiorização da objectividade, elas são antes “o produto da exteriorização de uma subjectividade estruturada de modo semelhante”, (Bourdieu, 2002: 168). O *habitus* é o operador que põe em relação estes dois sistemas *na* e *pela* produção da prática. Através dele realiza-se a “*metáfora*”, a criação de novos significados através da transferência do sistema de disposições a novas situações. A inculcação do *habitus* inclui esquemas corporais, posturas, gestos, a *hexis* corporal à qual se encontra associada uma diversidade de significados e de valores sociais que se realizam *na* e *pela* prática. Mais ainda, o *habitus* regista, acumula e alonga em camadas justapostas a interferência dos diferentes contextos vividos. O *habitus* patenteia níveis diversos de integração e de tensão em função do grau de harmonia e dos universos em que foi produzido. Ele permite interpretar quer a crise e a mudança quer a coesão e a perpetuação, já que nem sempre existe correspondência entre o *habitus* e o contexto em que este se desenvolve. É esta incapacidade, “*falha*” ou os “*momentos críticos de perplexidade e discrepância*” (Bourdieu 1997/2000: 191) que o torna num motor da mudança económica e social. Finalmente, o *habitus* actua “como uma mola que necessita de um gatilho externo” só podendo ser analisado por relação aos contextos sociais ou “campos” em que prospera (Wacquant, 2004: 4). Assim, ao constituir o “princípio não escolhido de todas as escolhas”, o *habitus* preside às acções que se apresentam como estratégias, mesmo quando o não são (Filosofia da acção disposicional).

A inclusão destas perspectivas teóricas na análise traduz-se pela conceptualização do consumo enquanto prática relacional, isto é, do actor por relação: i) aos contextos e espaços sociais; ii) aos outros actores; iii) à sua própria trajectória; iv) à sua própria identidade;

v) aos objectos de consumo e ao seu significado simbólico. E, por outro lado, enquanto prática situada no tempo (histórico, ciclo de vida) e no espaço (social e físico).

No sentido de ilustrar o modo como através da análise dos dados se reforçam e reafirmam estes contributos teóricos apresentamos, a título de exemplo, alguns dos resultados obtidos. Assim, foi possível distinguir a estrutura de consumo de agregados jovens, caracterizada pelas despesas com *habitação, transportes, cultura e lazer* e com *comunicações*, da dos agregados idosos, dominada pelas despesas com *alimentação, com habitação* e com *saúde*. Distinguir, também, a estrutura de consumo dos agregados modestos, caracterizada pelas despesas com *produtos alimentares* e com a *habitação*, pelo “gosto da necessidade”, da dos agregados abastados, caracterizada pelas despesas com *habitação, transportes, cultura e lazer e comunicações*, pelo “gosto do luxo”. Consequentemente, foi possível identificar as despesas que estabelecem a “distinção”. A importância relativa das despesas com *produtos alimentares* diminui à medida que os rendimentos do agregado aumentam. As despesas com *habitação* e com *despesas com a habitação (equipamento e manutenção)* enfatizam a dicotomia proprietários / locatários e constituem indicadores dos níveis de conforto, equipamento e dos gastos com a manutenção da habitação (serviços domésticos). As despesas com *transportes* evidenciam a oposição entre utilizadores dos transportes públicos e de privados. A importância das despesas com *cultura e lazer e outros bens e serviços* na estrutura do orçamento familiar é condicionada pelos lugares de classe.

A variação dos valores percentuais das despesas com *produtos alimentares* (C01), entre 1967-68 e 2005-06, é reveladora do aumento do nível de desenvolvimento socio-económico verificado no país (quadro 1). As mudanças estruturais verificadas neste período são, também, visíveis através da análise do consumo. O ano 2000 marca a passagem desta rubrica de primeira a segunda maior despesa na estrutura do orçamento familiar (18,58 %), e permanece a tendência para a diminuição do valor percentual da mesma.

Quadro 1 – Valor percentual das despesas com *Produtos Alimentares (C01)*, para o Continente, entre 1967 e 2006.

Ano	Valor percentual (%)
1967-68	45,87
1973-74	38,46
1980-81	36,26
1989-90	29,43
1994-95	21,00
2000	18,58
2005-06	15,5

Fonte: INE

Consideremos, ainda, a variação registada nas principais rubricas de despesa que dominam a estrutura do orçamento familiar, ao longo do período em análise (quadro 2). As despesas com *habitação* (C04) registam um aumento significativo, passam de 14,25% para

26,6% do total das despesas, correspondendo à principal despesa na estrutura do orçamento familiar, em 2005-06. Tal facto traduz o significado atribuído à *habitação* pelas famílias portuguesas e transforma Portugal num país de proprietários. Traduz, também, o recente processo de urbanização e o contributo dos emigrantes neste domínio. Ao interpretarmos esta mudança devemos atender, também, às particularidades do mercado de aluguer e às políticas activas dos governos, nomeadamente no que se refere à bonificação das taxas de juro relativas aos empréstimos para a construção e aquisição de casa (Barreto, 2000: 62). As despesas com *transportes* (C07) aumentam significativamente, passam de 5,41% para 12,9% do total das despesas, e correspondem à 3ª maior despesa, em 2005-06. Importa lembrar que é muito recente a rede de novas estradas e auto-estradas.

Quadro 2. Valor percentual e posição relativa das principais rubricas de despesa para o Continente, em 1967-68 e em 2005-06.

1967-68			2005-06		
Rubrica despesa	Valor percentual (%)	Posição relativa	Rubrica despesa	Valor percentual (%)	Posição relativa
C01	45,87	1ª	C01	15,5	2ª
C04	14,25	2ª	C04	26,6	1ª
C07	5,41	6ª	C07	12,9	3ª

Fonte: INE

Finalmente, queremos apresentar alguns dados que evidenciam a existência de desigualdades sociais no país (quadro 3). O nível de instrução, capital escolar institucionalizado, constitui uma variável muito valorada, a partir de Bourdieu, para a análise da dominação simbólico-ideológica, sendo mesmo considerada mais reveladora da reprodução social do que o próprio capital económico. Contudo, como já referimos anteriormente, as constantes alterações ao nível da metodologia de recolha de dados, impossibilita a comparação das despesas através desta variável. Assim, e tendo por referência a proximidade de valores registados para o nível de instrução (Ni) e o escalão de receita líquida (ER) no ano 2000 (respectivamente, 27,03% e 31,64% para os agregados com menor Ni e ER e 9,66% e 14,71% para os agregados com maior Ni e ER), optamos por realizar a comparação através desta última variável, cujos valores são também distintivos. Embora se continue a verificar as mesmas tendências para a diminuição, no caso das despesas com *produtos alimentares* (C01), e para o aumento das despesas com *habitação* (C04) e com *transportes* (C07), os valores revelam diferenças significativas por relação ao valor médio registado para o Continente. A título de exemplo queremos salientar que para o escalão de receita líquida mais baixo, em 1967-68, o valor percentual da despesa com *produtos alimentares* é de 55,98%, enquanto que o valor médio registado é de 45,87%. Em 2005-06 verifica-se também uma discrepância entre os valores registados (23,58% e 15,5%), facto que confirma a persistência de padrões elevados de desigualdade social em Portugal. Assim, continuam a coexistir comportamentos e padrões de consumo característicos da modernidade contemporânea e de uma sociedade tradicional e pouco desenvolvida (Barreto, 2000: 68).

Quadro 3. Valor percentual das 3 principais rubricas de despesa em função do escalão de receita (ER) e do nível de instrução (Ni) do representante do agregado, para o Continente, nos anos de 1967-68, 2000 e 2004-05.

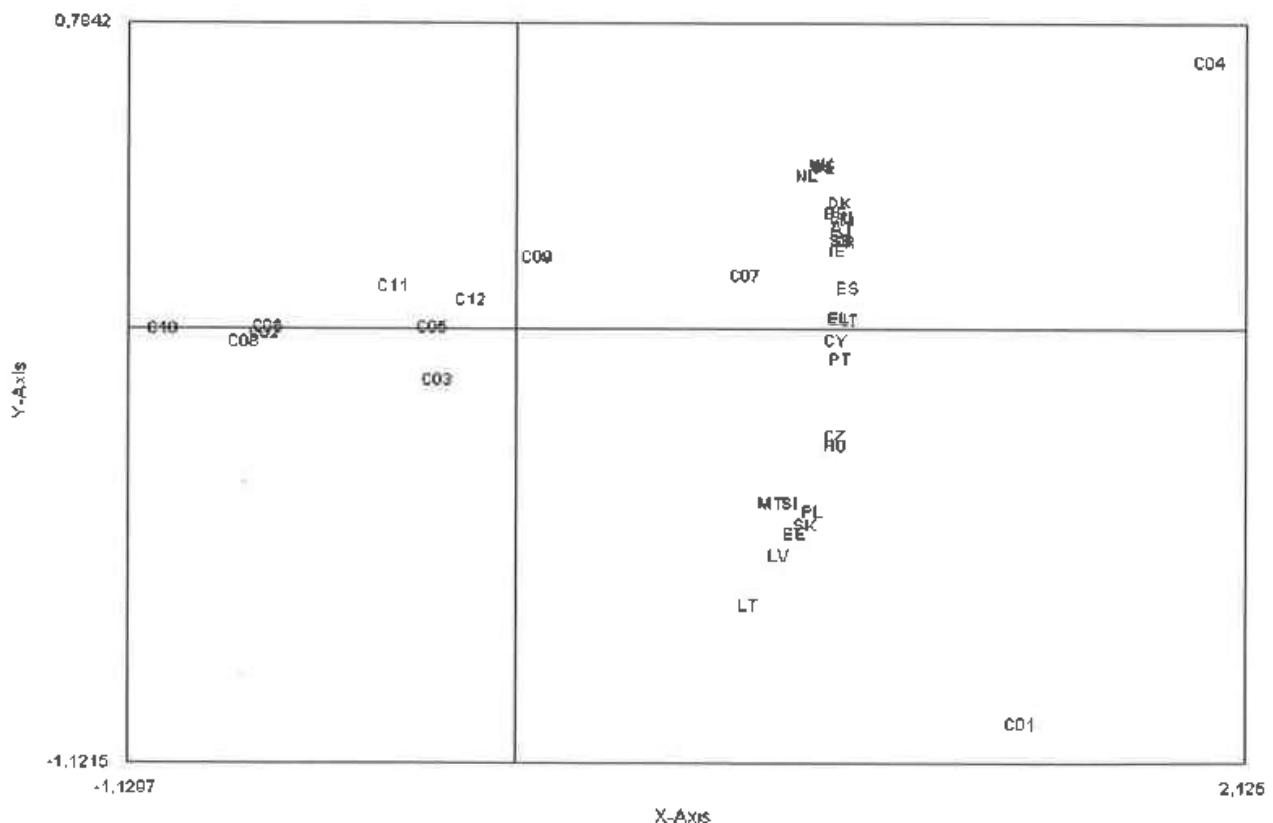
	1967-68		2000				2005-06	
	ER1	ER4	ER1	ER5	Ni1	Ni5	ER1	ER6
C01	55,98	29,83	31,64	14,71	27,03	9,66	23,58	11,21
C04	13,25	16,29	25,08	18,23	21,62	19,34	29,39	23,59
C07	2,14	10,34	3,26	17,51	9,45	16,22	5,77	13,99

Fonte: INE

3. Contextualização das estruturas de consumo das famílias portuguesas face às suas congéneres europeias

Para contextualizar as estruturas de consumo das famílias portuguesas face às suas congéneres europeias vamos centrar-nos na análise da matriz invertida dos dados da Eurostat (1999). Nesta análise, o 1º eixo factorial concentra 80,98% da variância da variável países membros da EU, em 2004 (figura 1), o que o torna muito significativo. Este factor define uma linha quase contínua, perpendicular ao mesmo, que traduz uma hierarquia dos países em análise que se encontram correlacionados em função do seu grau de desenvolvimento socio-económico e da sua estrutura de consumo.

Figura 1.



No 1º quadrante encontramos todos os países que integram a designada Europa dos 15, com excepção de Portugal. Entre estes países é possível identificar 3 grupos distintos constituídos por: 1) Luxemburgo (LU), Reino Unido (UK), Alemanha (DE) e Holanda (NL); 2) Dinamarca (DK), Bélgica (BE), Finlândia (FI), Áustria (AT), Suécia (SE), França (FR) e Irlanda (IE), (inclui o valor correspondente à média dos países da Europa dos 15); 3) Espanha (ES), Grécia (EL) e Itália (IT), muito próximos do eixo do x. Portugal (PT) surge no 2º quadrante, imediatamente a seguir ao Chipre (CY) e próximo da Grécia e a Itália. Numa posição intermédia entre o eixo do x e o limite inferior do gráfico, ainda no 2º quadrante, surgem República Checa (CZ) e Hungria (HU). Depois Malta (MT), Eslovénia (SI), Polónia (PL), Eslováquia (SK), Estónia (EE) e Lituânia (LT). Mais próximo do limite inferior do gráfico surge a Letónia (LV).

Portugal é o único país, de entre os que integraram a “Europa dos 15”, a situar-se no 2º quadrante. Esta posição parece reforçar a ideia de que “estamos na cauda da Europa”, mesmo em termos de consumo. Por outro lado, Portugal é projectado nos eixos, em proximidade com a Espanha, a Itália e a Grécia, com países mediterrâneos. Assim, a análise parece indiciar a existência de um padrão de consumo característico de países de cultura mediterrânea.

De salientar a presença simultânea, no 1º quadrante, dos países com maior nível de desenvolvimento e das despesas com *lazer, distração e cultura* (C09) e com *transportes* (C07). Situada no campo superior esquerdo do gráfico, representada por defeito na projecção dos dados, encontramos a rubrica de despesa *habitação; despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis* (C04). Estas despesas têm vindo a adquirir relevância na estrutura do consumo, como já foi referido, correspondendo a traços característicos da mesma na contemporaneidade. Também no 2º quadrante, se confirma a presença simultânea dos países com menor nível de desenvolvimento e da rubrica de despesa *produtos alimentares e bebidas não alcoólicas* (C01), reforçando a importância que as necessidades básicas assumem na estrutura de consumo destes países. Estas são, sem dúvida, as quatro rubricas com maior relevância na estrutura do consumo actual, correspondendo às maiores despesas. Todas as restantes rubricas surgem no lado negativo do eixo do x, nos quadrantes 3 e 4, facto que traduz a sua condição de despesas pouco relevantes, em termos do seu valor percentual, na estrutura de consumo.

Para concluir a contextualização da estrutura de consumo das famílias portuguesas importa, ainda, atender, por um lado, à posição relativa das despesas com *cultura e lazer*, ao longo do período considerado (tabela 1), e, por outro, comparar o valor percentual das mesmas com outros países membros da União Europeia (tabela 2). Esta rubrica de despesas é, como constatamos através da análise, uma das rubricas características da modernidade.

A importância relativa desta rubrica, em Portugal (Continente), entre 1967 e 2006, oscila entre a 9ª e a 7ª posição na estrutura do orçamento familiar, com um valor máximo de 5,7 %, em 2006. Estes valores confirmam alguns atrasos na entrada na modernidade que se prendem com um fraco nível de desenvolvimento em que o país se encontra e que nos remete para uma posição marginal, para “a cauda da Europa”.

Tabela 1 – Dados relativos às despesas com Cultura e Lazer em Portugal (Continente)

Anos	(%)	Posição Relativa
2005-06	5,7	7ª
2000	4,81	9ª
1994-95	3,20	9ª
1989-90	3,22	9ª
1980-81	3,38	9ª
1973-74	4,06	8ª
1967-68	4,48	7ª

Fonte: INE e Eurostat

Nota: Os valores relativos a Portugal (Continente), para os anos de 1973-74 e de 1967-68, incluem despesas com Instrução/Educação

Tabela 2 – Dados relativos às despesas com Cultura e Lazer em países da União Europeia, 1999

Países UE	%
Suécia	14,6
Repúbl. Checa	11,3
Eslovénia	8,7
Polónia	7
Espanha	6,2
Chipre	6

Esta constatação é reforçada pela comparação estabelecida a partir do valor percentual desta rubrica em alguns países da União Europeia, no ano de 1999. Nesse ano, o valor percentual era já da ordem dos 6%, no Chipre e na Espanha. Em alguns dos países do Leste, Polónia, Eslovénia e República Checa, oscilava entre os 7% e os 11%. Na Suécia o valor era aproximadamente três vezes superior (14,6%) ao registado em Portugal, no ano de 2005-06.

Os dados da Eurostat revelam, também, que nos países de Leste, onde as despesas com *produtos alimentares* são ainda significativas (23,2% na República Checa e 32,3% na Polónia), as despesas com *cultura e lazer* ocupam uma posição cimeira na estrutura do orçamento das famílias (3ª posição na República Checa e 4ª posição na Polónia). Tal facto leva-nos a questionar a importância da cultura na determinação dos comportamentos de consumo. Esta variável parece ganhar alguma relevância face aos condicionalismos de pendor mais económico. Uma vez mais reafirma-se a necessidade de atender aos contextos na análise das práticas sociais.

4. Desmistificação de alguns consumos

Para terminarmos queremos deixar aqui alguns dados que questionam a importância atribuída às despesas com *vestuário e calçado* e com *ensino*, na actualidade.

As despesas com *vestuário e calçado* são comumente consideradas como despesas que detêm alguma importância na estrutura do orçamento familiar. Contudo, quando analisados os dados estatísticos constatamos que o valor percentual e a posição relativa desta despesa tem vindo a diminuir ao longo do tempo. Assim, de 3ª maior despesa, com valores percentuais que variam entre os 8,55% e os 10,12%, nos anos de 1967 a 1981, passa a ocupar a 9ª posição, no ano de 2005-06, com um valor percentual de apenas 4,1%. Uma vez mais é necessário atender aos contextos para compreender estas variações, nomeadamente aos efeitos da globalização dos mercados.

Os valores relativos às despesas com o *ensino* surpreendem por serem pouco significativos. Na verdade, embora a educação constitua um sector de forte investimento estatal e até mesmo uma das apostas do actual governo, ao nível do consumo privado, os dados estatísticos revelam que a importância relativa desta despesa é completamente marginal. O seu lugar na estrutura do orçamento familiar mantém-se inalterável desde 1980-81, ocupando a 12ª e última posição, com um valor de 0,46% do total das despesas, nesse ano, e de 1,7% no ano de 2005-06. Este é, certamente, um dado que suscitará a nossa reflexão.

Finalizamos, assim, esta análise centrada nas rubricas de despesa mais importantes na estrutura do orçamento familiar e nas variáveis que condicionam os nossos gostos e estilos de vida. É nelas que gastamos uma parte significativa do nosso rendimento. O prazer que obtemos através do consumo destes bens e os mecanismos de fruição que lhe estão associados são, certamente, variáveis e decorrentes do significado simbólico e das representações que atribuímos aos mesmos.

Bibliografia

- ALONSO, Luis Enrique, (2005), *La era del Consumo*, Madrid, Siglo XXI de España Editores, S.A.
- BARRETO, António, (2000), *A Situação Social em Portugal, 1960-1999*, Lisboa, Edição Imprensa de Ciências Sociais.
- BAUDRILLARD, Jean, (1981), *Sociedade de Consumo*, Espaço da Sociologia, Lisboa, Edições 70.
- BAUMAN, Zygmunt, (2008), *Vida de Consumo*, Trad. Mirta Rosenberg e Jaime Arrambide, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.
- BOURDIEU, Pierre, (1979), *La Distinction. Critique sociale du jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- EUROSTAT (2005), *Consumers in Europe. Facts and figures (Data 1999-2004)*, Luxembourg, European Communities.
- FEATHERSTONE, Mike, (2000), *Cultura de Consumo y Posmodernismo*, Argentina, Amorrortu Editores.
- INE, *Inquéritos às Receitas e Despesas Familiares*, Edições de 1967-68, 1973-74 e 1980-81.
- INE, *Inquérito aos Orçamentos Familiares*, Edições de 1989-90, 1994-95 e 2000.
- INE, *Inquérito às Despesas das Famílias*, Edição de 2005-06.
- VEBLEN, Thorstein, (1970), *Théorie de la Classe de Loisir*, Paris, Éditions Gallimard.
- WACQUANT, Loïc (2004), "Esclarecer o Habitus", *Sociologia*, 14, pp. 35-41.